



**Publicado originalmente em:** IX EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Novas territorialidades – integração e redefinição regional. Porto Nacional, julho de 2005

### **DO ASSENTAMENTO MOSQUITO AO ASSENTAMENTO SERRA DOURADA: AS LUTAS PELA CONQUISTA E PERMANÊNCIA NA TERRA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS - 2004<sup>[1]</sup>**

Francilane E. de Souza<sup>[2]</sup>  
Mirian de Souza Costa Rodrigues<sup>[3]</sup>  
José B. Coelho<sup>[4]</sup>  
Joyce de A. Borges<sup>[5]</sup>

No município de Goiás, a luta pela terra se consolida com a formação do assentamento Mosquito, na década de 1980, sendo este o primeiro de uma série que viriam depois, atingindo um total de 21 assentamentos em 2005. Desse modo, este município que era marcado pelos latifúndios e seus coronéis, passa a ser desterritorializado a partir de 1980, e começa uma nova territorialização a partir da constituição dos assentamentos.

É importante ressaltar também o papel da igreja na implantação destes, ao contrário do que acontece em outros municípios e estados, onde a luta pela terra vem sendo orientada por Movimentos de Trabalhadores Sem Terras. Assim, essa pesquisa busca compreender o processo de formação e a atual situação dos assentamentos Mosquito, surgido em 1986 e também o último assentamento, o Serra Dourada, surgido em 2002 no município de Goiás, localizado no estado de Goiás.

Na realização da pesquisa, é importante destacar o levantamento e análises de bibliografias referentes ao tema, ainda, coletas de dados em instituições como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Também tem sido realizada pesquisa direta e indireta nos 21 assentamentos existentes no município de Goiás sendo eles: 1) Mosquito; 2) Serra Dourada; 3) Magali; 4) Mata do Baú; 5) Paraíso; 6) Novo horizonte; (estes já visitados em trabalho de campo) 7) São Carlos; 8) União Buriti; 9) Bom sucesso; 10) Buriti Queimado; 11) Vila Boa; 12) Engenho Velho; 13) Holanda; 14) Baratinha; 15) São João do Bugre; 16) Rancho Grande; 17) Lavrinha; 18) Varjão; 19) São Felipe; 20) Vila Boa; 21) Acaba Vida II, que serão objetos de estudo de próximos trabalhos de campo.

A história da luta pela posse da terra no Brasil é marcada por práticas políticas favorecendo sua monopolização e concentração de latifúndios. As Capitânicas Hereditárias, que



posteriormente firmou-se apenas na doação de terras em sesmarias, marcou o início de uma política de expropriação de camponeses e índios, uma vez que a lei que lhe garantia “declarava adjudicadas ao domínio das grandes propriedades todas as demais terras do espaço colonial” (MOREIRA, 1990, p. 11).

No entanto, a concentração de terras não se deve apenas ao passado das sesmarias, pois, com a independência do Brasil em 1822, estas foram extintas, ficando um período de quase três décadas submetido ao regime de “posses”, que outra vez beneficiou as elites, expropriando novamente o pobre do acesso à terra.

Durante a época colonial, desenvolveu-se outra forma de apropriação que aos poucos obteve o reconhecimento das autoridades, essa nova forma, a posse, aos poucos tornou-se a forma principal de apropriação territorial... "os escravos estavam excluídos do processo de apropriação por definição" (SILVA, 1996, p. 333 e 334).

Da mesma forma a Lei de Terras de 1850, veio mais uma vez satisfazer aos interesses das elites, de grandes potências européias, e, principalmente, de um capitalismo emergente, assim que mudava a relação de trabalho escravo para trabalho livre. Com a terra passando a ser comercializada o seu acesso continuou como privilégio de poucos, pois, somente as elites possuíam bens para adquiri-las. Contando ainda que com a Lei de Terras todas as terras devolutas passaram para o controle direto do Estado, que usufruiu desse fator para obter recursos que custeassem as despesas com a imigração. “Demarcar e vender as terras devolutas e financiar a imigração de trabalhadores, era em síntese, a proposta implementada pela Lei de 1850” (SILVA, 1996, p. 334 e 335).

Assistiu-se logo após, com a implantação da República no Brasil, a transferência das terras da união para os Estados e para particulares, quando legitimavam apossamentos feitos pelos grandes proprietários após 1850. “Podemos afirmar que a República Velha foi um dos momentos de pico da formação dos grandes latifúndios no país a partir do patrimônio público” (LINHARES, 1999, p. 76).

Com a terra transformada em mercadoria com Lei de Terras de 1850 e com a transformação de mão-de-obra escrava em mão-de-obra assalariada, surge um novo modelo de expropriação. “O senhor de escravo se transforma em senhor de terras. A terra que então



fora desdenhada em face da propriedade de escravo passa a constituir objeto de disputa amplas (MARTINS, 1995, p. 48).

Esses coronéis do café transformaram-se também em chefes políticos municipais ou regionais, forçando os governadores a prática da troca em benefício dos seus interesses. Intensas lutas foram travadas entre os próprios coronéis no início da República. Também nesse período iniciou as primeiras formas de lutas e resistência camponesa.

As lutas camponesas, são características constituída pelos movimentos messiânicos, que culminaram na Guerra de Canudos e na Guerra do Contestado, e pelo bandeirantismo, especialmente configurado no cangaço (MARTINS, 1995).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, surgiu a possibilidade de distribuição de terras propostas pelos tenentistas, porém, não aconteceu porque o presidente não quis contrariar grandes proprietários de terras que o havia apoiado, também não tinha nenhum tipo de organização camponesa para reivindicar, o que viria acontecer somente a partir da década de 1950.

Foi no Nordeste que os camponeses começaram a se organizar como classe, num momento em que estavam sendo vítimas de fazendeiros. Com o preço do açúcar muito barato os fazendeiros arrendaram seus engenhos para foreiros e foram morar nas cidades, porém, com a guerra de 1939 a 1945, o preço do açúcar subiu muito. Foi quando os fazendeiros expulsaram e até mataram muitos foreiros para reaver seus engenhos, desrespeitando os contratos, fato que fez surgir a primeira liga camponesa em Pernambuco.

Em 1955, os donos do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, impuseram o aumento de preço do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra, que passaram a se mobilizar. Assim,

Existia na cidade, então, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, uma instituição de auxílio mútuo, que servia para dar um enterro decente aos pobres. Ali também passaram a ser realizadas as reuniões da entidade que ficou conhecida como Liga Camponesa da Galiléia" (MARISSAWA, 2001, 92 E 93).

Daí em diante novas ligas surgiram rapidamente, a exemplo de Pernambuco surgiram ligas em todo o Nordeste, espalhando-se para outras regiões do país, as quais em congresso exigiam do governo uma reforma agrária ampla.



No estado de Goiás, as lutas no campo, mais marcantes, ocorrem nas décadas de 1950 e 1960, marcadas pela luta de posseiros contra o processo de grilagem no norte de Goiás, em Trombas e Formoso.

A partir da década de 1970, no Brasil, a concentração de terras acentua, pois, o crescimento agrícola brasileiro se consolidou em resposta ao fato do mesmo, a partir de meados do século XX, ser considerado como um entrave para o desenvolvimento do país. Com este discurso foram implementados no Brasil a modernização da agricultura, a industrialização da agricultura e o complexo agroindustrial (CAI). Estes acontecimentos provocaram vários impactos sócios no espaço urbano e rural no Brasil e particularmente em Goiás acentuando a saída do homem do campo para a cidade e seu posterior retorno com a ajuda dos movimentos em luta pela terra.

Assim, no período pós 1970, a agricultura empresarial brasileira alcançou posição de destaque junto ao Estado ficando o pequeno agricultor as margens desse processo, desse modo, é possível apontar três processos na agricultura, sendo eles: modernização da agricultura; industrialização da agricultura; complexo agroindustrial.

A "modernização" da agricultura pode ser caracterizada como alteração na base técnica da produção agrícola. (KAGEYAMA et al, 1990). Este processo inicia seu crescimento e expansão no pós-guerra através da introdução de máquinas na agricultura, de elementos químicos, mudanças de ferramentas e da inserção de novas variedades de culturas advindas com a Revolução Verde.

A modernização implicou também na produção agrícola mediante utilização de insumos industriais que fazem parte do consumo intermediário. Esses insumos alteraram substancialmente as técnicas da produção como um todo.

A "industrialização" da agricultura envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria como uma fábrica que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. (KAGEYAMA et al, 1990.).

Três modificações marcaram o início da industrialização no Brasil: 1) alteração, principalmente nas relações de trabalho, em que deixa de existir o trabalhador individual, agora há o trabalhador coletivo com diferentes níveis de qualificação; 2) As atividades que antes



eram realizadas pelo homem, passam a ser substituída pelas atividades mecanizadas; 3) Por fim, com a implantação da indústria de base, nos anos 1950 e 1960, os setores que produziam insumos modernos, máquinas e equipamentos para a agricultura, internalizam-se no Brasil. Neste processo, houve uma transformação interna ao nível das relações que permitia que a agricultura respondesse as necessidades da industrialização.

No período pós 1975, teve a constituição do “complexo agroindustrial”. Nesta perspectiva pode-se dizer que após esta fase não existe mais apenas uma agricultura, mas “vários complexos”. (KAGEYAMA et al, 1990). Ou seja, não há mais uma dinâmica geral da agricultura, mas agora tem várias dinâmicas, cada uma própria de cada um dos complexos particulares sendo que em alguns a parte industrial a montante ou a jusante pode ter maior importância, em outros os mercados internos e em outros o externo assim:

(...) o complexo agroindustrial pode ser definido com um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: coleta, armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MULLER, 1989, p. 45).

Portanto, a partir da constituição do CAI (ou CAIs), o desenvolvimento da agricultura passa a depender da indústria. Em toda a fase de formação dos complexos agroindustriais, o Estado assumiu sua posição de elemento administrativo, através de suas políticas governamentais. Esses três processos marcam uma dinâmica na agricultura em que o pequeno produtor ficou as margens ou excluído como os trabalhadores rurais.

É no contexto de modernização que os problemas sociais se tornam mais acentuados no Estado de Goiás, tendo em vista que o número de máquinas agrícolas no campo passam a substituir o trabalhador rural. Dessa forma, o número de tratores em Goiás que era de 5.692 em 1970 (IBGE - 2003) passa para 43.313 em 2003, com crescimento de aproximadamente 77%. Fatores como esse e outros oriundos do processo de modernização agrícola expropriam os trabalhadores do campo e aceleraram o processo de luta pela terra em Goiás.



Entretanto, se a década de 1970 foi marcada pela massiva intervenção governamental na agricultura, “a década de 1980 começou com uma decidida luta por resistir nas posses já constituídas em direito” (PESSOA, 1999, p. 88).

Em Goiás, a forma mais significativa de resistência de trabalhadores rurais não foi em posses individuais, “quer pela repercussão, quer pela capacidade de confronto com os fazendeiros e com o governo, foram as posses coletivas” (idem, ibidem, p. 88). Esse novo modelo de ocupação de terra espalhou-se pela década de 1980, principalmente no norte de Goiás, hoje Tocantins, por ter sido um local com maiores incidência de grilagem de terras.

Nesse processo de desaceleração da mão de obra no campo o município de Goiás se torna palco de ocupações de terras, ocorrendo ocupações desde o início da década de 1980, porém, foi o município de Itapuranga que aparece em destaque como pioneiro.

O que poderia chamar de início da luta pela terra foi a Fazenda Maria Alves e Córrego da Onça, município de Itapuranga. É que as ocupações da Fazenda Estiva/São João do Bugre e da Fazenda Mosquito, que aconteceram logo em seguida, foram puxadas pelos trabalhadores rurais de Itapuranga, mobilizados pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) (idem, ibidem, p. 89).

Nesse processo a Igreja Católica, através de sua ala progressista, não só se posicionou contra a ditadura militar como se colocou ao lado dos trabalhadores rurais pela posse da terra, principalmente a Diocese de Goiás, que abraçou um projeto político religioso, automaticamente conscientizador.

Desse modo, o Estado de Goiás em 2005, possui mais de 160 assentamentos acompanhados pelo INCRA de Goiás, sendo, mais de 7.996 famílias vivendo em aproximadamente 595.143 ha de terras, estando a cidade de Goiás com mais de 21 assentamentos e sendo considerada a cidade com maior número de assentamentos registrados no mundo.

Nessa pesquisa, como já foi ressaltado, o principal objeto de pesquisa são o assentamento Mosquito e o assentamento Serra Dourada. Assim a "fazenda" São Sebastião do Mosquito com uma área de 1.890 ha, e outras "fazendas" passam a ser os alvos de um processo de reterritorialização nesse município. Nesse sentido, após verificação de irregularidades na documentação da terra junto ao IDAGO (Instituto de Desenvolvimento



Agrário de Goiás) e de reconhecimento da área por alguns dos futuros ocupantes, no dia 01 de maio de 1985 acontece a primeira ocupação da área por 23 famílias. A reação do latifundiário que se dizia proprietário da terra e da justiça local foi imediata, em apenas uma semana depois, no dia 08 de maio de 1985, eles foram despejados e ficaram acampados em frente à Prefeitura de Goiás (PESSOA, 1999).

A persistência daquelas famílias encorajaram outros sem terras, que juntando-se àquelas famílias. No dia 30 de junho fizeram a segunda ocupação da Fazenda Mosquito, desta vez com 56 famílias, sendo novamente despejados no dia 08 de agosto, desta vez numa ação que envolveu oitenta policiais militares. A partir daí acamparam no arerporto da cidade de Goiás.

E, devido a demora de providências por parte das autoridades, as famílias decidiram mudar de tática e, buscando uma forma de sensibilizar a sociedade para o problema, decidiram acampar na Praça Cívica, no centro de Goiânia, exigindo uma posição do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e do governador do estado. Após muita pressão e depois de muitos dias ali acampados, a fazenda foi desapropriada e 43 famílias foram assentadas nessa área.

No assentamento mosquito das 43 famílias que foram assentadas apenas 21 permaneceram na terra sendo as outras parcelas vendidas devido a diversos problemas, sendo o principal deles a pouca fertilidade da terra. Toda forma de organização e cooperação foi desmontada, após anos de trabalho em torno de suínos, que não vingou.

A partir de pesquisa de campo foi verificada a persistência por parte dos assentados em permanecer numa terra não agricultável, porém, à vontade de romper barreiras fez com que eles permanecessem na terra por um período de 18 anos, sobrevivendo do gado leiteiro aliado ao trabalho acessório, pois os projetos implantados vêm fracassando e desmotivando-os para projetos futuros.

Já o assentamento Serra Dourada foi formado em 2002, sendo ele o mais recente, composto de 15 famílias com uma média de 2,5 ha cada propriedade. O processo de formação desse assentamento se difere do processo de outros assentamentos. As terras que serviram para esse assentamento estavam cedidas para o uso da Maçonaria, entretanto, o seu contrato de uso estava praticamente vencendo, diante dessa informação a CPT de Goiás vislumbrou a



possibilidade de acampar várias pessoas que estavam acampadas em outras terras, aguardando a decisão do INCRA e começou a negociação, comprovando o papel de mediador na reterritorialização das terras no município de Goiás. Assim, alguns acampados com aproximadamente um a quatro anos de acampados foram selecionados e assentados em uma região denominada de “Fama”. Destaca-se que o mesmo é um assentamento modelo, pelo nível de organização e pelo seu papel na economia local, através da comercialização de hortaliças, além da produção de arroz e milho para sua subsistência. Outro elemento importante são os projetos de apicultura já em desenvolvimento nesse assentamento.

Outros assentamentos vem sendo estudados, com o intuito de melhor compreender o processo de reterritorialização das terras no município de Goiás, desse modo, no assentamento Mata do Baú, formado em 1994, inicialmente foram assentadas 41 famílias, com as propriedades de 13 ha. No ano de 2004 só restaram 24 famílias, pois 17 já venderam as glebas. Verificam-se dificuldades por parte dos assentados, onde as terras não são agricultáveis e alguns já estão na expectativa de serem transferidos para outros assentamentos, outros pretendem desistir por falta de recursos e os que permanecem acreditam na possibilidade de implantação de projetos futuros como o porco caipira.

O assentamento Magali foi constituído, em 1998, inicialmente por oito famílias com área variando de 26 a 32 há, sendo os mesmos provenientes de um outro assentamento. Com a venda de duas Glebas em 2004, ficaram seis famílias, sobrevivendo da horta para subsistência e realizando trabalhos acessórios.

Em 1997, iniciou o assentamento Paraíso com 38 assentados, com suas propriedades em áreas variando de 26 a 34 ha. Já em 2004, com as vendas de glebas, o assentamento ficou com 31 famílias, sendo esse assentamento diferenciado pela presidente da associação ser uma mulher e a terra apresentar uma razoável fertilidade. Eles produzem leite e hortaliças para sua subsistência e possuem projetos de apicultura. É preciso ressaltar que as vendas de glebas estão sendo realizadas com muita resistência por parte dos assentados que permanecem.

O assentamento Novo Horizonte iniciou em 1997 com 22 famílias com uma área de 26 a 72 ha, sendo que em 2004 eles estão com apenas oito famílias. Nesse assentamento foram detectado dificuldades em trabalhar os projetos que foram orientados pelo INCRA e também de continuarem na terra, apesar de terem projetos futuros ligados à galinha e porco caipira.





Durante esse primeiro momento de trabalho de campo, ficou evidente a forte intervenção da CPT, frente aos acampamentos no município de Goiás, superando a participação do MST, ao contrário das outras regiões brasileiras. A principal causa para o município ter o maior número de assentamentos do mundo, segundo os assentados, é justamente a descoberta de terras “irregulares” no município, esse fato demonstra, também, o nível de organização destes movimentos que se preocuparam com esse fator.

Foi possível observar também que a formação do assentamento Mosquito, na década de 1986, permitiu que outros assentados vislumbrassem a possibilidade de se inserir ao campo, através da reforma agrária. A venda de glebas é algo constante nos assentamentos, assim como, o relato de que as mesmas estão se tornando uma “chácaras de laser” desconfigurando assim, a proposta da reforma agrária. Outro fato relevante é a saída dos filhos dos assentados para a cidade, pois o tamanho das glebas dificulta a renda para mais uma família.

Assim, a realização dessa pesquisa tem permitido uma reflexão, acerca do modelo de reforma agrária que vem se estabelecendo nos últimos anos, no município de Goiás.

### **Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, R. A. e PAULINO, E. T. **A questão agrária: fundamentos teóricos para seu entendimento.** In: \_\_\_\_\_. XI Encontro Nacional de Geógrafos. S/l. s/d. p. 1-10.
- BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p. (Coleção Primeiros Passos).
- BRUM, A. J. A revolução verde. In\_\_\_\_. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p. 44-50
- DUARTE, L. M. G; BRAGA, M. L. de S. (Org). **Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade.** Brasília: Paralelo 15, 1998. 300 p.
- FREITAS, A. G. **O Assentamento “Mosquito”, um registro para história Agrária em Goiás.** Goiânia. UFG; 1994. p. 300.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p.
- \_\_\_\_\_. A porteira esta fechando?. In\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 115-125.



GRAZIANO NETO, F. Modernização da agricultura e questão agrária. In **\_\_Questão agrária e ecológica: crítica da moderna agricultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 17-78.

INOCENCIO, M. E. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: O projeto de colonização paineiras**. 2002. 160 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Estudos sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2002.

KAGEYAMA, A. et al (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: \_\_. DELGADO, G. C., GASQUES J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-157.

MANÇANO, B. J. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000, p. 319.

LINHARES, M. Y., TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra Prometida: uma questão agrária no Brasil**, Rio de Janeiro, Campus, 1999.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, Vozes, 1995.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processo sociais e políticas públicas**. RS: Ed. Universidade, 1999. p. 279.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Documento básico do MST**. São Paulo: Ed Peres, 1995. p. 50.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**, São Paulo, Brasiliense, 1990.

MORISSAWA, M. **A História da luta pelas terra e o MST**, São Paulo, Expressão Popular, 2001.

MULLER, G. Formulações gerais sobre o CAI. In: \_\_. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989. p. 45-60.

OLIVEIRA. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 11-99.

PESSOA. J. **A Revanche Camponesa**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1997. p. 18-349.

PINHEIRO, A. M. **Assentamentos de Reforma Agraria em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 1999, p. 105.

SILVA, A. N.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS; U. E. de. **Guia para normalização de trabalho técnico-científicos: projetos de pesquisa, monografia, dissertação, tese**. 3º Ed. Uberlândia: Edupu, 2003. p. 158.



---

<sup>[1]</sup> Este artigo é resultante das pesquisas realizadas no do Projeto de Pesquisa “Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: as lutas pela conquista e permanência na terra no município de Goiás – 2004.

<sup>[2]</sup> Professora Mestre do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás.

<sup>[3]</sup> Aluna de graduação e bolsista do departamento de Geografia da Universidade estadual de Goiás.

<sup>[4]</sup> Prof<sup>o</sup> Especialista do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás.

<sup>[5]</sup> Aluna de graduação do departamento de Geografia da Universidade estadual de Goiás.

